



<b>Processo nº</b>	16327.000888/2010-18
<b>Recurso</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2301-010.778 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	8 de agosto de 2023
<b>Embargante</b>	TITULAR DE UNIDADE RFB
<b>Interessado</b>	ITAU SEGUROS S/A E FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2005 a 30/11/2006

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXATIDÃO MATERIAL.**

Constatada inexatidão material no julgado, cabem embargos de declaração para prolação de nova decisão para sanear o vício.

**DECADÊNCIA. PAGAMENTO APTO A ATRAIR O ART. 150, § 4º do CTN. SÚMULA CARF N° 99.** Tratando-se as contribuições previdenciárias de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a norma decadencial aplicável é aquela prevista no art. 150, § 4º do CTN, caso se verifique a antecipação de pagamento (mesmo que parcial). Aplicação da súmula CARF 99.

**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. REQUISITOS DA LEI N° 10.101/2000. CELEBRAÇÃO DO ACORDO ANTES DO PAGAMENTO DA PLR.** O artigo 2º, §1º, II, da Lei n. 10.101/00 estabelece que os programas de metas, resultados e prazos devem ser pactuados previamente, de modo que tal requisito é cumprido se o acordo é celebrado antes do pagamento da PLR.

**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. REQUISITOS DA LEI N° 10.101/2000. PERIODICIDADE SEMESTRAL.** É vedado o pagamento de PLR em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil, sendo que os dois requisitos são cumulativos. As primeiras parcelas pagas em cada semestre a título de PLR deverão ser excluídas da base de cálculo da contribuição previdenciária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos e, sanando o vício apontado, reafirmar o Acórdão nº 2301- 005.791, de 15/01/2019, com efeito infringentes, para considerar tributável, pelos fundamentos contidos no voto vencido e não contestados no voto vencedor, os valores pagos a título de PLR, mantida a decadência dos períodos até 07/2005, inclusive.

(documento assinado digitalmente)

Joao Mauricio Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Fernanda Melo Leal – Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Flavia Lilian Selmer Dias, Fernanda Melo Leal, Alfredo Jorge Madeira Rosa, Mauricio Dalri Timm do Valle, Thiago Buschinelli Sorrentino (suplente convocado) e João Mauricio Vital (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Chefe da DIRAT/DEINF/SPO, que aponta a existência de inexatidão material no Acórdão nº 2301-005.791 (efls. 403/423), proferido pela 1<sup>a</sup> Turma Ordinária da 3<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento, em sessão plenária de 15/1/2019, o qual foi admitido e ratificou inexatidão material no julgado apontada pela embargante.

Quanto à parte admitida, a inexatidão apontada consiste no provimento parcial para admitir a assinatura dos acordos antes da data do pagamento e excluir da base de cálculo as primeiras parcelas pagas em cada semestre quando, na verdade, a incidência de contribuição sobre a PLR paga teve por fundamentos, além da data da assinatura do acordo, outros aspectos que, autonomamente, excluiriam o caráter isentivo da verba, razão pela qual o recurso não poderia ter sido provido sequer parcialmente

## Voto

Conselheira Fernanda Melo Leal, Relatora.

Os embargos são tempestivos, Portanto dele conheço.

Replico o entendimento, nesta decisão, semelhante ao processo 16327.000889/2010-62, onde foi dada razão ao embargante. Parece de fato que o colegiado entendeu que a PLR paga não estaria isenta de contribuição previdenciária. O relator registrou, no voto vencido, as razões pelas quais a verba em comento não seria isenta, quais sejam:

- a) pagamento da verba a valor fixo: Ora, é notório o distanciamento dos preceitos da lei 10101/00 pelo pagamento de uma parcela incondicional e obrigatória. Segundo a fiscalização (Relatório fiscal, item 5.1.3), na Convenção Específica, referente a 2005, não há sequer a previsão de desconto desse valor fixo estipulado como obrigatório. Essa natureza incondicional desse pagamento não coaduna com o instituto da PLR e todo seu regramento.
- b) pagamento em periodicidade inferior a seis meses: A constatação de pagamentos de PLR em lapso inferior aos 6 meses legalmente previstos, relatado pela fiscalização no item 5.1.5 do Relatório, resta também incólume diante da contestação geral acima citada, de que foram cumpridos os preceitos da lei específica. O descumprimento é patente neste caso. Nessa mesma linha, trouxe a recorrente, com base no art. 3º da lei 10.101/00, o argumento de que a participação nos lucros não cumpre um dos requisitos necessários à caracterização da verba de natureza salarial, que é a habitualidade. Tal atributo, no entanto,

também não é incondicional, pois reza o §2º do mesmo art. 3º que não pode haver pagamento de PLR mais de duas vezes no ano. Como de praxe na redação das leis, o parágrafo trouxe a exceção à regra prevista no caput. A não habitualidade (regra) comporta a exceção prevista no parágrafo 2º, hipótese essa que, se realizada, faz surgir a habitualidade....

- c) ausência de regras claras e objetivas: Apesar da recorrente refutar a alegação fiscal de que as Convenções Coletivas de Trabalho não determinavam "regras claras e objetivas" para pagamento de PLR, alegando que o art. 2º, §1º da lei 10101, permite que os critérios e condições sejam considerados por índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa, tais instrumentos não foram demonstrados. Nessas convenções as regras quanto à parcela condicional estão no art. 3º e não são objetivas, visto que há ali apenas um escopo genérico de ocorrência de lucro e de disponibilidade financeira. Quanto aos Planos de Participação, conforme item 5.2.3 do Relatório Fiscal, não foram apresentados os resultados alcançados, o contrato de metas, as performances individuais e da empresa, apesar de serem instrumentos de aferição discriminados nos planos e requisitados pela autoridade fiscal.
- d) ausência de negociação prévia ao período de aferição, caracterizada pela assinatura do acordo às vésperas do pagamento: Foi apurado pela fiscalização que não foi cumprido um importante requisito legal da PLR: a negociação prévia ao pagamento da verba..... A ausência de negociação prévia ao pagamento da PLR retira da participação nos lucros e resultados seu papel de instrumento de integração entre capital e trabalho. Não há nesse cenário metas a serem atingidas e, portanto, não há incentivo à produtividade. O que se tem é o pagamento de um bônus ou uma premiação. Essa ausência de prévio acordo entre a empresa e seus empregados fica patente pelo descasamento entre a data do pacto e o período a que ele se refere, conforme resumo abaixo.....
- e) metas fixadas sem a participação dos trabalhadores: Combateu ainda a recorrente, em relação aos Planos de Participação nos Resultados, a acusação fiscal de que não existiam metas fixadas para ela, mas apenas para todo o conglomerado de empresas Unibanco. Entretanto, está estampada no Anexo I dos Planos apresentados, a sistemática de fixação do chamado "Pool de Bônus". Ali está expresso que a alteração dos percentuais, de cada negócio, utilizado para gerar o montante de PLR a ser distribuído, é uma prerrogativa da Administração do conglomerado, sem a participação dos trabalhadores. Essa unilateralidade descaracteriza a PLR, frente as bases do instituto.

Por fim, o relator concluiu que a ausência de qualquer dos requisitos, autonomamente, já desqualificaria o caráter isentivo da verba. O voto vencedor registrou a divergência apenas quanto à data da assinatura do acordo e a periodicidade dos pagamentos.

Assim, observa-se que mesmo afastados alguns requisitos no voto vencedor, concernentes à data da assinatura do acordo e à descaracterização da semestralidade dos pagamentos das parcelas, remanesceram outras razões suficientes para manter o lançamento integralmente, quais sejam: a) pagamentos a valor fixo; b) ausência de regras claras e objetivas, e c) fixação de metas sem a participação dos trabalhadores.

A divergência apontada pela maioria do colegiado poderia, se muito, motivar declarações de voto dos conselheiros vencedores, por quanto nas conclusões todos foram unâmines quanto à incidência da exação, mesmo que por razões distintas, pois alguns conselheiros enxergaram a ausência de mais requisitos obrigatórios do que outros.

Percebo, pois, que é indubitável que o colegiado decidiu pela incidência da contribuição previdenciária sobre os valores de PLR pagos pela recorrente, ainda que por razões diferentes. Assim, não houve parte provida no recurso.

Desta feita, voto por acolher os embargos, com efeitos infringentes, e, sanando o vício apontado, ratificar o Acórdão nº 2301-005.791, de 15/01/2019, para negar provimento ao recurso

É como voto.

**CONCLUSÃO:**

Diante tudo o quanto exposto, voto no sentido de ACOLHER os embargos, nos moldes acima expostos.

(documento assinado digitalmente)

Fernanda Melo Leal